



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Com base nos fundamentos da Lei Federal nº 14.133 de 2021, este Termo de Referência e seus anexos, acompanhado das peças técnicas de engenharia e arquitetura, visa fornecer elementos e subsídios que viabilizem a obra da Construção da Quadra Poliesportiva Coberta para Escola Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto localizada no município de Tarauacá - Acre, oriunda do Termo de Compromisso nº 202340072-1.

1.2. Entende-se aqui por obra toda construção, reforma, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos. Atividade esta, que necessita da participação e acompanhamento de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e na Lei Federal nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

2. OBJETO (LEI 14.133, ART 6, INCISO XXIII, ALÍNEA A)

2.1. Contratação de empresa de Engenharia para Construção da Quadra Poliesportiva Coberta para Escola Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto localizada no município de Tarauacá - Acre, oriunda do Termo de Compromisso nº 202340072-1., conforme documentação técnica anexa, na modalidade concorrência prevista na Lei nº 14.133 de 01 de abril, condições expressas neste Termo de Referência, edital e anexos.

2.2. Especificação do Objeto:

Item	Especificações do Objeto	Valor Estimado
01	Contratação de empresa de Engenharia para Construção da Quadra Poliesportiva Coberta para Escola Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto localizada no município de Tarauacá - Acre, oriunda do Termo de Compromisso nº 202340072-1.	R\$ 1.058.033,44

2.3. Os serviços do objeto desta contratação são caracterizados como Obras de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.4. **Endereço:** Rua Ubirajara Pompeu Brasil, nº. 1350, Bairro Corcovado, nesta Cidade de Tarauacá - Acre.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO (LEI 14.133, ART 6, INCISO XXIII, ALÍNEA A)

3.1. Para a execução dos serviços do presente Termo de Referência sugere-se a execução indireta, por meio de contratação de empresa especializada de Engenharia e/ou Arquitetura, baseado na Lei nº 14.133/21, na modalidade Concorrência, por meio de menor preço, tendo em vista a vantajosidade para a Administração.

3.2. De forma geral, a descrição detalhada do objeto a serem contratados serão:

SERVIÇOS NÃO FINANCIADOS PELO FNDE:

- I - INSTALAÇÕES DO CANTEIRO DE OBRAS;
- II - ADMINISTRAÇÃO LOCAL;
- III - FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS;
- IV - ESTRUTURAS METÁLICAS;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- V - REVESTIMENTOS;
- VI - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.

SERVIÇOS FINANCIADOS PELO FNDE REFERENTE AO TERMO DE COMPROMISSO:

- VII - PREPARAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE EDIFICAÇÃO;
- VIII - PARADES E PAINÉIS;
- IX - PISO;
- X - COBERTURA;
- XI - PINTURAS;
- XII - SERVIÇOS COMPLEMENTARES;
- XIII - LIMPEZA FINAL.

3.3. Todas as informações detalhadas dos serviços citados acima fazem parte dos anexos deste Termo de Referência.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (LEI 14.133, ART 6, INCISO XXIII, ALÍNEA B)

4.1. DA REFERÊNCIA AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

4.1.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao processo administrativo.

4.1.2. A contratação pretendida encontra-se devidamente alinhada ao planejamento institucional e orçamentário, estando prevista no Plano de Contratações Anual – PCA/2026 da Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE. A referida contratação está respaldada no Item 4.24, referente a **22225 - SERVIÇO DE ENGENHARIA**, sob responsabilidade da Diretoria de Infraestrutura e Logística – DIRLOG (**0000241/2026**) registrado no PCA/2026 Aprovado.

4.2. LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO:

4.2.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4.2.2. Decreto Estadual nº 11.363 de 22 de Dezembro de 2023 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Estado do Acre.

5. TIC - ALINHAMENTO COM AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS E DE NEGOCIO (DECRETO Nº 11.363, ART 94º, INCISO III)

5.1. Não se aplica para o objeto.

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (LEI 14.133, ART 18, §1, INCISO VIII)



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- 6.1. De acordo com o artigo 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto em uma licitação só deve ser evitado quando certas condições estratégicas ou técnicas assim o justificarem, como economia de escala significativa ou a integridade de sistemas técnicos que poderiam ser comprometidos pela divisão.
- 6.2. O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da Administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.
- 6.3. Para execução deste tipo de objeto, ainda que exista viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são independentes, o eventual o atraso em uma etapa construtiva poderá implicar em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.
- 6.4. Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro.
- 6.5. Sendo assim, entende-se como necessária e vantajosa o não parcelamento por concentrar em uma única planilha orçamentária os valores apresentados pelos licitantes, o critério adotado pela Administração pública.
- 6.6. Este entendimento atende ao princípio da economicidade e eficiência.

7. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. Justifica-se a necessidade de contratação de empresa especializada em engenharia para a Construção da Quadra Poliesportiva Coberta da Escola Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto, localizada no município de Tarauacá – Acre, oriunda do Termo de Compromisso nº 202340072-1, visando à abertura de processo licitatório por meio do SEI nº [0014.018061.00004/2026-45](#), sob responsabilidade da Divisão de Programas Prioritários e Institucionais, considerando que a iniciativa foi devidamente cadastrada e aprovada no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – SIMEC.
- 7.2. A referida ação encontra-se alinhada às diretrizes do Plano de Governo, que prevê investimentos estruturantes em todas as áreas da Educação Básica, com ênfase no fortalecimento das atividades de esporte e lazer. Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE busca assegurar aos alunos, professores e à comunidade escolar espaços adequados, seguros e confortáveis para a prática esportiva e o desenvolvimento de atividades pedagógicas complementares.
- 7.3. O SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle) é uma plataforma do Ministério da Educação (MEC) que gerencia informações, recursos e ações de programas educacionais, como o Plano de Ações Articuladas (PAR), além de outros projetos e programas do FNDE e MEC. A iniciativa de construção da quadra foi regularmente cadastrada e aprovada no sistema, garantindo conformidade com os instrumentos de planejamento e controle institucional.
- 7.4. Destaca-se que a presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, estando, portanto, respaldada nos instrumentos formais de planejamento da administração



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

pública.

IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

Qual é o problema que se pretende resolver?

7.5. A falta de espaços poliesportivos adequados nas escolas brasileiras é um problema estrutural significativo, com dados que indicam que uma grande parte das escolas públicas não possui quadras ou outras infraestruturas necessárias para a prática desportiva. Essa carência de infraestrutura afeta a qualidade das aulas de educação física e limita as oportunidades dos alunos de praticarem atividades físicas, impactando o desenvolvimento integral e o bem-estar.

7.6. A ausência de espaços restringe as atividades que podem ser realizadas, levando a uma visão da educação física mais voltada para a formação de atletas do que para a promoção da saúde para todos os alunos, além de dificultar a oferta de uma gama variada de modalidades esportivas.

7.7. O problema que se pretende resolver ao contratar uma empresa de engenharia para construir Quadras poliesportivas em escolas é a necessidade de se resolver a falta de espaço adequado para a prática de atividades físicas, esportes e recreação dos estudantes. Isso ajuda a promover a saúde, o bem-estar, o desenvolvimento de habilidades motoras, além de incentivar a socialização e o trabalho em equipe. Também contribui para a redução do sedentarismo e oferece um ambiente seguro e organizado para a prática esportiva, complementando a formação integral dos alunos.

DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.8. A solução viável para este problema da falta de infraestrutura de espaços poliesportivos para a prática de esportes para os alunos, é a construção de uma quadra poliesportiva que atenda a todas as modalidades esportivas. A presença de uma quadra poliesportiva nas escolas é de fundamental importância para garantir que as aulas de educação física sejam ministradas com qualidade, e também para que a escola forneça uma infraestrutura mínima para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Além dos benefícios à saúde física de crianças e adolescente, a prática esportiva coopera também, com a diminuição de problemas sociais e psicológicos no comportamento infantil. Questões como ansiedade, insônia, agressividade e estresse podem ser melhorados através da prática esportiva.

7.9. A instalação perto de onde as pessoas moram, trabalham e vivem, desempenha um papel central na garantia de acesso a população a uma educação adequada e de qualidade, partindo das motivações já mencionadas, onde é irrefutável o interesse público sobre o serviço tratado no objeto.

PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

Qual é o interesse público a ser atendido?

7.10. A construção de uma quadra poliesportiva irá proporcionar maior qualidade de vida à população que terá um local apropriado para realizar suas atividades esportivas e concomitantemente conduzirá as pessoas uma melhoria na saúde, agregando benefícios à comunidade e a possibilidade de envolver jovens e crianças em atividades esportivas e de lazer, intencionando assim afastá-los das drogas, violência e marginalidade.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

7.11. Ao construir uma quadra em uma escola, o interesse público que se busca atender é promover a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento integral dos estudantes. Além disso, essa iniciativa favorece a inclusão social, incentivando a prática de esportes e atividades físicas para todos, contribuindo para a formação de cidadãos mais ativos, saudáveis e colaborativos. Também ajuda a valorizar o ambiente escolar, estimulando a convivência, o espírito de equipe e a disciplina, o que beneficia toda a comunidade escolar e a sociedade como um todo.

RESULTADOS E BENECÍFIOS

Quais os resultados e os benefícios que serão alcançados ao resolvê-lo?

7.12. Construir uma quadra em uma escola, diversos resultados e benefícios positivos podem ser alcançados. Primeiramente, há a melhoria na saúde e no bem-estar dos estudantes, que terão um espaço adequado para praticar esportes e atividades físicas, ajudando a combater o sedentarismo. Além disso, a quadra promove o desenvolvimento de habilidades motoras, disciplina, trabalho em equipe e espírito esportivo. Ela também incentiva a socialização e a convivência entre os alunos, fortalecendo o senso de comunidade escolar. Outro benefício importante é a valorização do ambiente escolar, tornando-o mais atrativo e estimulante para os estudantes. No geral, esses resultados contribuem para a formação de indivíduos mais saudáveis, colaborativos e com maior potencial de crescimento pessoal e social.

7.13. A execução deste serviço/obra, trará maior qualidade de vida aos usuários, pois ofertará um local apropriado para realização de atividades esportivas, podendo também promover eventos para o público local e concomitantemente, agregará benefícios aos comunitários, possibilitando envolver jovens e crianças em atividades esportivas e de lazer, intencionando assim o afastamento das drogas, violência e marginalidade.

7.14. Buscando sempre a melhoria contínua e a qualidade do desenvolvimento social, psicológico e educacional da comunidade escolar Estadual, torna-se necessária a contratação de empresa(s) especializada para tal finalidade.

7.15. Dessa forma, a construção da quadra contribui para a formação de uma comunidade escolar mais ativa, integrada e estimulante, beneficiando não só os alunos, mas toda a comunidade ao redor.

7.16. Deste modo, justificamos a necessidade de instrução do processo licitatório, que se dará na modalidade de Concorrência, cujo objeto é a ***"Contratação de empresa de Engenharia para Construção da Quadra Poliesportiva Coberta para Escola Governador Edmundo Pinto de Almeida Neto localizada no município de Tarauacá - Acre, oriunda do Termo de Compromisso nº 202340072-1.."***, para atender as necessidades da Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE".

8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS (LEI 14.133, ART 15)

8.1. Em consonância com o disposto no art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o art. 233 do Decreto Estadual 11.363/2023, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, sendo assim será permitida a participação de consórcios, limitados a 2 (duas) empresas, de modo a evitar maior pulverização das responsabilidades.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- 8.2. Conforme Art. 233 do Decreto Estadual 11.363/2023, em caso de consórcio, serão observadas as condições:
- 8.2.1. I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 8.2.2. II - indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança fixadas no edital;
- 8.2.3. III - apresentação dos documentos exigidos no edital quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos atestados por cada consorciado;
- 8.2.4. IV - comprovação de qualificação econômico-financeira, mediante:
- a) apresentação do somatório dos valores de cada consorciado, um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual;
 - b) demonstração, por todos os consorciados, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital.
- 8.2.5. V - impedimento de participação de consorciado, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente.
- 8.2.6. § 1º O edital deverá exigir que conste cláusula de responsabilidade solidária:
- 8.2.7. I - no compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos licitantes; e
- 8.2.8. II - no contrato a ser celebrado com o consórcio vencedor.
- 8.2.9. § 2º No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observando-se o disposto no inciso II do caput.
- 8.2.10. § 3º O licitante vencedor ficará obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput, devendo comprovar o arquivamento na respectiva Junta Comercial e a inscrição no CNPJ.
- 8.2.11. § 4º A possibilidade de substituição de consorciado durante a execução contratual deverá estar prevista no edital e ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante.
- 8.2.11.1. No caso em concreto, a Administração permitirá mediante as recomendações:
- a) que a modificação do consórcio não prejudique o objeto do contrato, ou seja, que não existam risco de inadimplemento contratual decorrente da substituição de empresas no consórcio, tampouco constituirá burla ao procedimento licitatório;
 - b) a comprovação de que a nova composição do consórcio teria, à época da licitação, condições de se sagrar vencedora do certame;
 - c) que a empresa em substituição tenha o acervo técnico compatível com a licitação;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- d) que seja feito o termo de apostilamento para a substituição da empresa;
- e) que seja feita a alteração do contrato social do consórcio na junta comercial do Estado do Acre, no prazo de **5 dias** da ciência da decisão;

8.2.11.2. § 6º O acréscimo previsto na alínea “a” do inciso IV do caput não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por MEs e EPPs.

8.2.11.3. § 7º Qualquer dos consorciados poderá apresentar, isoladamente ou em conjunto, independentemente da proporção de sua participação no consórcio, a garantia de proposta prevista no art. 58 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quando exigida.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (LEI 14.133, ART 6, INCISO XXIII, ALÍNEA C)

9.1. Levando-se em conta que a Obra deverá se dar em conformidade com o previsto no projeto básico, memoriais descritivos especificações técnicas. As planilhas orçamentárias e demais tabelas de custos foram elaboradas seguindo todos os desembolsos necessários para investimento dos serviços, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta, através de empreitada por preço unitário, por meio de contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura.

9.2. A escolha da modalidade Concorrência se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado.

9.3. A concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

9.4. A nova lei de licitações em seu art.29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (LEI 14.133, ART 6, INCISO XXIII, ALÍNEA E)

10.1. **LOCAL DE ENTREGA:**

10.1.1. Município de Tarauacá - Acre.

10.2. **PRAZO PARA INICIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

10.2.1. 10 (dez) dias a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

10.3. **REGIME DE EXECUÇÃO:**

10.4. Execução Indireta, através de empreitada por preço unitário.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

10.5. **CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

10.5.1. A empresa contratada deverá prestar os serviços em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

10.5.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

10.5.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

10.5.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

10.6. **DO RECEBIMENTO:**

10.6.1. O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado, conforme Art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

10.6.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

10.6.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10.6.2. § 1º O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

10.6.3. § 2º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

10.6.4. § 3º Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

10.6.5. § 4º Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

10.6.6. § 5º Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

10.6.7. § 6º Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

10.6.8. A Contratada deve ainda, paralelamente à execução, desenvolver e acompanhar eventuais alterações em relação ao projeto, quando estas não forem em decorrência de erro do projetista, e fazer a devida entrega dos projetos "as built" ao final da obra.

11. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (LEI 14.133, ART 6, INCISO XXIII, ALÍNEA D)

11.1. O valor estimado para a execução dos serviços é de **R\$ 1.058.033,44 (um milhão cinquenta e oito mil e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos)** conforme orçamento.

11.2. Os orçamentos foram baseados em quantitativos levantados constantes dos projetos e com os preços do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), que é a tabela de referência pública nacional de orçamentos de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Quando não encontrado, utilizou-se preços de referências públicas regionais ou por meio de pesquisa de mercado.

11.3. Na impossibilidade de se utilizar as fontes e tabelas de preços citadas acima foram criadas composições próprias, utilizando o processo de comparação de serviços, materiais e insumos, bem como o cálculo dos coeficientes, sempre observando, inicialmente, os preços dos insumos do SINAPI, e na ausência destes, os preços praticados no mercado local, por intermédio de comprovação por meio de documentos fiscais ou orçamentos prévios.

11.4. Desta forma, todas as composições de custos unitários já deverão estar com os encargos convencionais e os complementares embutidos no custo unitário da mão de obra.

12. JUSTIFICATIVA DO ORÇAMENTO SIGILOSO (LEI 14.133, ART 24)

12.1. Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – “Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

12.2. A Lei nº 14.133/21 colocou o orçamento sigiloso como opção, mas tal medida tem se relevado danosa, bastado que se verifique no *compras.gov.br* a quantidade de licitações nas quais, pelo meio do caminho, evidenciam que o erro estava oculto desde o planejamento, o que levou a prejuízo para ente público e licitantes, porque a base de preço era impraticável.

12.3. E não é de se desprezar que o sigilo está deixando licitações frágeis, sem os filtros de capital ou patrimônio e de atestações técnicas, o que deforma condições de competição e afasta concorrentes legítimos.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

12.4. O orçamento sigiloso, não contribui para selecionar as propostas mais vantajosas à Administração Pública. Em média, as licitações realizadas com orçamento sigiloso apresentaram preços 5,38% superiores às realizadas com orçamento divulgado, resultando em um custo adicional (Fonte: <https://zenite.blog.br/cgu-divulgou-relatorio-sobre-o-orcamento-sigiloso-e-modos-de-disputa-nas-licitacoes/>).

12.5. Conforme já assentado pelo TCU (Acórdão 3011/2012 – Plenário), a adoção do orçamento sigiloso é medida discricionária, devendo o gestor adotar quando entender que essa restrição implicará na obtenção da proposta mais vantajosa, sendo de igual maneira discricionária. A Lei 14.133/2021 determina que o sigilo do orçamento é decisão discricionária do gestor.

12.6. Desta forma, e por todo justificado anteriormente, seguindo o princípio da discricionariedade optamos pela não adoção do orçamento sigiloso pois a adesão restringiria a competição, sendo assim tornando público o orçamento apresentado pela administração.

13. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA (LEI 14.133, ART 6, INCISO XXIII, ALÍNEA J)

13.1. Programas de Trabalho: Construção, Reforma e Ampliação dos Prédios da Educação - SEE.

Código Órgão/Unidade e Executora	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor Pactuado no Termo de Compromisso Nº 202340072-1	Valor Estimado do Orçamento
717/001	1041.0000	44.90.51.00.0 0	1.500.1001	R\$ 610.877,73	R\$ 559.452,69
717/001	1041.0000	44.90.51.00.00	1.570.0200	R\$ 500.000,00	R\$ 498.580,76
VALOR TOTAL				R\$ 1.110.877,73	R\$ 1.058.033,44

14. RESERVA DE COTA OU A EXCLUSIVIDADE DA LICITAÇÃO LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123 (DECRETO Nº 11.363, ART 94, INCISO XII)

14.1. **DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E ÀS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E DA PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO**

14.1.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da **Lei Complementar nº. 123/2006** fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

14.1.2. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

- a) a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

b) não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

14.2. **DA PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO**

14.2.1. Será concedido prioridade de contratação para as ME ou EPP sediadas localmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, conforme art. 48, § 3º, da LC 123/06 e Lei Complementar 147/201 bem como art. Art. 9º Inc II do decreto Federal 8.538/2015. Justifica-se este incremento, na obtenção de benefícios de cunho econômico, decorrente da localização geográfica comercial, posto que oportuniza, por exemplo, a geração de empregos e, conseqüentemente, elevará o poder de compra da sociedade inserida por esta política pública, retornando, indubitavelmente, a própria Administração sob outras formas, a exemplo dos impostos, taxas e tributos, ou da redução dos impactos em diversas áreas, como a saúde, a educação, a segurança pública, em virtude de uma provável melhor qualidade de vida.

14.2.2. A prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local a que se refere este item, tem como justificativa:

I - O desenvolvimento econômico promovido pela variação positiva da capacidade produtiva da economia com elevação do produto interno bruto, aliadas às variações positivas relacionadas com ascensão da qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura e mudanças da estrutura socioeconômica do município e da região, com melhoras dos indicadores sociais relacionados ao índice de desenvolvimento humano - IDH;

II - Materializar uma política pública onde o poder de compra governamental seja utilizado para gerar renda, emprego e melhor distribuição das riquezas do município e da região;

III - Materializar as atividades finalísticas do Município e dar retorno ao cidadão contribuinte, oportunizando prover o Poder Público com suas demandas sem exportar recursos locais, promovendo a sustentabilidade econômica e social;

IV - Priorizar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local aumentando a competitividade delas, contribuindo para que possam suportar a elevação na concorrência proporcionada principalmente pelo comércio, que na maioria das vezes incrementa a chamada evasão de recursos locais

a) Aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

b) A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será classificado o objeto em seu favor;

c) Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local com base na alínea “b”, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea “a”, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

14.2.3. NÃO SE APLICA os benefícios, tratamento diferenciado e prioridade na contratação local deste edital quando não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

14.2.4. O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

14.2.5. Nestes casos, as ME ou EPP mais bem classificadas e, favorecidas pelos critérios citados nos itens acima, serão motivadas para, querendo, apresente Proposta verbal de preço inferior àquela considerada vencedora, hipótese na qual será classificado em seu favor o objeto licitado e constará em ATA.

15. MODALIDADE, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA (LEI 14.133 ART 28, ART 46, ART 6, INCISO XXXVIII, ART 56)

- a) **Modalidade da Licitação:** Concorrência;
- b) **Regime de contratação:** Empreitada por Preço Unitário;
- c) **Critério de julgamento:** Menor Preço Global;
- d) **Forma:** Eletrônica;
- e) **Modo de disputa:** Aberto;
- f) **Valor estimado:** R\$ 1.058.033,44 (um milhão cinquenta e oito mil e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos).
- g) **Data base do orçamento:** SINAPI 01/2026;
- h) **Tipo de obra:** Construção.

16. PRAZO DE VALIDADE, CONDIÇÕES DA PROPOSTA E A EXIGÊNCIA DE AMOSTRA (LEI 14.133 ART 6, INCISO XXIII, ALÍNEA H)

16.1. A(s) proposta(s) de preço(s) deverá(ão) contemplar os seguintes documentos:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- 16.1.1. Carta proposta, com os dados da empresa, descrição do objeto da licitação, o valor total de sua proposta em numeral e por extenso, contendo ainda prazo de validade, local e data, bem como a assinatura do respectivo representante legal;
- 16.1.2. Planilha orçamentária, agrupada por etapas de serviços, contendo nº do item, descrição do serviço, quantidade (obrigatoriamente igual à planilha da Administração), preço unitário, preço total, conforme Planilha Orçamentária da Administração;
- 16.1.3. Composição de custos unitários e composições auxiliares de todos os serviços presentes na planilha orçamentária, demonstrando todos o consumo e índices de produtividades dos insumos envolvidos em cada atividade a ser executada. Como complemento, as composições onde os serviços são estritamente específicos, gerados através das pesquisas de mercado ou definição através da variação de fornecedor(es) (sem deixar de se cumprir fielmente o projeto e, em observância ao princípio da economicidade e competitividade), o detalhamento da composição foi definida com os insumos e mão de obra base, com o maior grau possível de detalhamento, conforme descrito no supracitado.
- 16.1.4. Cronograma físico-financeiro, baseado no prazo máximo estipulado pela Administração e seus desembolsos mensais;
- 16.1.5. Composição de BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelos contidos no Projeto Orçamentário anexo. Ressalta-se que as alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária a qual a empresa é optante;
- 16.1.6. Composição de Encargos Sociais; e
- 16.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 16.3. A Concorrência Eletrônica será realizada em item único, sendo apurado o valor da proposta por meio da tabela denominada Planilha Orçamentária, que deverá ser disponibilizada em formato .docx ou .xlsx, devendo o licitante oferecer proposta na forma indicada.
- 16.4. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 16.5. Será(ão) desclassificada(s) a(s) proposta(s) após a fase de lances:
- a) Contiverem vícios insanáveis.
 - b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Termo;
 - c) Propostas que ultrapassem os preços unitários e o valor global estimados no presente Termo de Referência;
 - d) Propostas que não tiverem sua exequibilidade demonstrada;
 - e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

f) Formulada por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do presente certame licitatório.

16.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

16.6.1. Em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

16.6.2. No caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

16.7. A comissão de contratação por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

16.8. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

16.8.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

16.8.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16.9. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e nos seus anexos.

16.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, prorrogável, a pedido da Administração.

16.11. Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.

17. PARÂMETROS OBJETIVOS DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS (DECRETO Nº 11.363, ART 94º, INCISO XV)

17.1. Não se aplica para o objeto.

18. DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA (LEI 14.133 ART 59, § 4º)

18.1. No caso em que a proposta apresente valor inferior a 75% do valor orçado pela Administração, em atendimento ao dispositivo § 4º do do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, onde consta o inciso IV, que seja permitido que o proponente demonstre a exequibilidade de sua proposta;

18.2. Essa demonstração pode ser, no ato da entrega da planilha orçamentaria adequada ao desconto ofertado, uma declaração de exequibilidade da proposta, informando:

I - Declaração expressa da Licitante de estarem incluídos nos preços de todos os custos de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, utensílios, transporte, necessários à execução dos trabalhos e quaisquer despesas com canteiro de obra, galpões, depósitos, escritórios, e despesas, tais como impostos, taxas e seguros de responsabilidade civil que cubram danos pessoais e materiais a terceiros, e ainda, o seguro do pessoal utilizado na obra contra riscos de acidentes de trabalho e o cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

impõe ao empregador, sem quaisquer ônus ou solidariedade por parte da Administração Estadual.

19. DA CLASSIFICAÇÃO DAS LICITANTES

19.1. A classificação das LICITANTES far-se-á em ordem crescente dos valores, sendo declarada vencedora a LICITANTE cuja proposta atenda a todas as exigências editalícias e que ofertar o menor preço. Será desclassificada a proposta cujo preço for superior ao orçado pela Administração.

20. REQUISITOS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA-FINANCEIRA (LEI 14.133 ART 67, 68 E 69)

a) A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

b) A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

c) As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

20.1. Habilitação Jurídica

a) Contrato social ou instrumento equivalente.

20.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

20.3. Qualificação econômica-financeira

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado;**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
- c) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- d) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

20.4.

Qualificação Técnica

20.4.1.

Qualificação técnica: também chamada de capacidade técnico-operacional, trata da comprovação de capacidade para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. No caso, a documentação relativa à qualificação técnico profissional e técnico operacional está restrita ao rol previsto no art. 67, da Lei nº 14.133/2021.

20.4.2.

A qualificação técnica das proponentes será comprovada mediante apresentação dos documentos abaixo relacionados, os quais **DEVERÃO SER APRESENTADOS JUNTO COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, no ato do certame:

- a) Registro ou inscrição da empresa licitante e do (s) profissional (is): **Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista e Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho**, na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU). Para o licitante vencedor da licitação, caso não seja do Acre, por ocasião da assinatura do contrato será exigido o visto do Conselho de Engenharia e Agronomia - **CREA** ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - **CAU**;
- b) Comprovação de que os profissionais indicados pela empresa na data da licitação terem executado, a qualquer tempo, obras/serviços de características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão de acervo técnico CAT e/ou atestado (s), em nome do próprio Responsável Técnico, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo **CREA/CAU**;
- c) Atestado (s) de capacidade técnica-operacional devidamente registrado (s) na Entidade competente onde os serviços foram executados, **comprovando ter a Licitante executado, a qualquer tempo, serviços de obras/serviços de características compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidões e/ou atestados, em nome da própria Licitante, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.**

20.4.3.

Para fins de verificação dos atestados, serão observadas as datas de aberturas da ART ou RRT, data de emissão da CAT, prazos de execução, entre outros.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

20.4.4. Em casos de dúvidas, a Administração poderá solicitar à licitante cópia do Contrato, cópia da ART/RRT, e/ou originais, para fins de esclarecimentos.

20.4.5. Os atestados solicitados visam qualificar o procedimento e resguardar esta Secretaria com a participação de empresas que possuam infraestrutura adequada em razão das características dos trabalhos.

20.4.6. Apresentação do Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) expedida pelo referido Conselho da região da sede da empresa, que deve apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa.

20.4.7. Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante em seu próprio nome, nem algum outro que não tenha originado de contratação.

20.5. Qualificação técnico-operacional:

20.5.1. deverá ser comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprovem a prévia execução de obras/serviços de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra/serviço, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados e o prazo de execução e vigência. Os atestados devem corresponder a quantidade exigida relacionadas às parcelas de maior relevância, conforme quadro abaixo:

20.5.2. a exigência de atestados foram definidas por critérios técnicos e/ou grande relevância para execução do objeto;

20.5.3. os atestados devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante;

a) Quantitativos mínimos dos serviços requeridos da Empresa:

Item	Descrição dos serviços	Unidade	Quantidades
1	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 30CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, SEM ARMADURA	M	200,00
2	MONTAGEM DE ARMADURA DE ESTACAS, DIÂMETRO = 12,5 MM	KG	1.000,00
3	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	m²	100,00
4	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF_06/2022	m²	200,00

20.6. Qualificação técnico-profissional:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

20.6.1. a licitante deverá apresentar o **REGISTRO** ou **INSCRIÇÃO DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S)** indicado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme legislação profissional dos respectivos conselhos vigente;

20.6.2. apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnico?Profissional, em nome do profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), suficientes para a comprovação do acompanhamento e/ou execução de serviços com características semelhantes, compatíveis com o objeto desta licitação e com o conselho profissional de origem. o(s) Atestados devem conter, no mínimo, as informações do objeto do contrato, nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela(s) obra/serviços, quantificação principal, local, data de emissão do atestado, período de execução, além do nome e assinatura do signatário, contemplando os seguintes serviços:

a) Quantitativos mínimos requeridos do Profissional:

Item	Descrição dos serviços	Unidade	Quantidades
1	ESTACA BROCA DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 30CM, ESCAVAÇÃO MANUAL COM TRADO CONCHA, SEM ARMADURA	M	1,00
2	MONTAGEM DE ARMADURA DE ESTACAS, DIÂMETRO = 12,5 MM	KG	1,00
3	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	m²	1,00
4	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA EM AMBIENTES INTERNOS, COM ESPESSURA DE 8 MM, INCLUSO MISTURA EM BETONEIRA, COLOCAÇÃO DAS JUNTAS, APLICAÇÃO DO PISO, 4 POLIMENTOS COM POLITRIZ, ESTUCAMENTO, SELADOR E CERA. AF_06/2022	m²	1,00

20.6.3. Comprovar a qualificação do(s) profissional(is) devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) do(s) Acervo(s) de Responsabilidade Técnica, dispostos no quadro abaixo, com a comprovação de pertencer ao quadro permanente do licitante, conforme disposto abaixo:

20.6.4. A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) Certidão do CREA;
- c) Certidão do CAU;
- d) Contrato Social;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- e) Contrato de prestação de serviços;
- f) Contrato de Trabalho registrado na DRT; e
- g) Termo, por meio do qual o(s) profissional(is) assumam a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

20.6.5. Nos casos em que a licitante não possuir em seu quadro permanente o(s) profissional(is) exigidos no quadro abaixo, a Licitante deverá apresentar a Declaração de Compromisso de Contratação Futura referente ao(s) profissional(is).

20.6.6. A referida Declaração deverá conter a indicação (nome do profissional, nº CREA e/ou CAU) a ser contratado, bem como deverá conter a anuência do mesmo (assinatura). Nos casos de apresentação de Compromisso de Contratação Futura será exigido da licitante, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação de efetivação de vínculo do profissional devidamente registrado junto ao seu respectivo conselho.

20.6.7. O(s) profissional(is) indicado(s) pelo Licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto da licitação.

20.6.8. Deverá ser apresentado, no mínimo, um acervo técnico do(s) profissional(is), devidamente acervado(s) pelo CREA e/ou pelo CAU, conforme conselho de origem, com a comprovação da execução dos serviços de forma clara e legível.

a) Relação de equipe técnica mínima requerida:

Item	Descrição	Quantidade
1	Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista	1
2	Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho (dimensionamento Conforme Norma Regulamentadora NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho)	1

20.6.9. Equipamentos mínimos:

Item	Discriminação?	Unidade	Quantidade	Tipo, Pot. ou capacidade
1	Caminhão Carroceria de Madeira	UN	1	4 toneladas

21. PRAZO DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO (DECRETO Nº 11.363, ART 94º, INCISO XVII)



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

21.1. Execução do Contrato:

21.1.1. O Prazo de Execução do objeto contratual é de **04 (Quatro) meses**, contados a partir do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço a ser emitida pela CONTRATANTE, observado os prazos, que se constitui parte integrante deste instrumento.

21.1.2. Vigência do Contrato:

21.1.3. O Prazo de Vigência do Contrato é de **06 (Seis) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, admitidos à prorrogação nos termos da lei, mediante termo aditivo, persistindo as obrigações acessórias, especialmente as decorrentes de correção de defeitos.

21.1.4. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja autorização formal da autoridade competente e justificativa plausível dada pela empresa, sem prejuízo da responsabilização da parte que deu causa ao descumprimento do prazo.

21.1.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente desde que haja justificativa plausível dada pela empresa, anotadas tais circunstâncias mediante termo aditivo.

22. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO (LEI 14.133 ART 90 § 1º E § 2º)

22.1. Nos termos do Art. 90 da Lei 14.133/2021, o licitante vencedor será convocado regularmente para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

22.2. O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela Administração;

22.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

23. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (LEI 14.133, ART 6, INCISO XXIII, ALÍNEA D)

23.1. Para atendimento à demanda da Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE, a presente contratação deverá obedecer aos seguintes requisitos técnicos, administrativos e operacionais:

23.1.1. SUSTENTABILIDADE

23.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

A empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do decreto 7.746/2012, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

23.1.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1.2.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto a ser contratado.

23.1.2.2. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase/etapa/aspecto requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso. Por essa razão, resta vedada a subcontratação, ainda que parcial.

23.1.2.3. Nos termos do Art. 122 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre subcontratação de partes da obra, do serviço ou do fornecimento bem como as características elencadas no ETP e Termo de Referência deste processo, em que não estão presentes características peculiares de complexidade de execução contratual, e tais motivos infere-se um dimensionamento e características do objeto compatíveis para que os licitantes (isolados) possam participar e atender às exigências estabelecidas para a prestação do serviço.

23.1.2.4. Ressaltamos que a ausência de subcontratação não reduz o caráter competitivo ou o tratamento isonômico entre os participantes, visto que todas as empresas qualificadas para execução do contrato, que não possui maiores complexidades, continuariam como potenciais competidoras.

23.1.2.5. Conclui-se que as empresas possuem as condições necessárias, inclusive de capacitação e aptidão técnica para executar satisfatoriamente o objeto a ser contratado. Portanto, conclui-se que o objeto deste processo não possui peculiaridades de execução que justifiquem admitir a subcontratação.

23.1.2.6. Por estes motivos, fica vedada a subcontratação do objeto.

23.1.3. DOS SERVIÇOS EM GERAL

23.1.3.1. Conforme Art. 48 da Lei 14.133:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

Parágrafo único. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

23.1.4. DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL

23.1.4.1. A TRANSIÇÃO CONTRATUAL inicial, a fim de preparar a CONTRATADA a assumir integralmente as obrigações advindas com o CONTRATO, deverá ser viabilizada sem ônus adicional ao CONTRATANTE, e será baseada em reuniões técnicas e repasse de documentos e/ou manuais específicos das soluções desenvolvidas.

23.1.4.2. O processo de TRANSIÇÃO CONTRATUAL se inicia a partir do momento em que a CONTRATADA assume as responsabilidades, de forma gradual, pelos serviços prestados, preparando-se para o início efetivo da operação. A execução dessa etapa de repasse dos serviços deverá ser finalizada em no máximo 30 (trinta) dias corridos a partir da comunicação pelo CONTRATANTE.

23.1.5. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

23.1.5.1. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos a CONTRATANTE deverá exigir prestação de garantia, conforme disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

23.1.5.2. Fica a cargo da CONTRATADA optar por umas das modalidades de prestação de garantia, disposto no § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

23.1.5.3. As modalidades de garantia contratual são:

(i) a caução real (em dinheiro ou em títulos da dívida pública – art. 96, § 1º, inc. I);

(ii) o seguro-garantia (inc. II);

(iii) a fiança bancária (inc. III) ; e

(iv) o título de capitalização (inc. IV).

23.1.5.4. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:

I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

23.1.5.5. A CONTRATADA deverá prestar garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, conforme o art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

23.1.5.6. O prazo para apresentação da garantia será no mínimo de 30 (trinta) dias, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021.

23.1.5.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021.

23.1.5.8. O CONTRATANTE restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021, mediante requerimento.

23.1.5.9. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

23.1.5.10. Nas contratação de obras e serviços de engenharia, a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia será previsto a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:

I - a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

- a) ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
- b) acompanhar a execução do contrato principal;
- c) ter acesso a auditoria técnica e contábil;
- d) requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;

II - a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

III - a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

Parágrafo único. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

23.1.5.11. A contratada terá direito a rescisão do contrato conforme disposto no § 2º do art 137 da lei 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

23.1.5.12. A garantia contratual deverá obedecer aos seguintes requisitos:

Deverá ser apresentada até a data de assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação.

O prazo de vigência da garantia contratual será igual ao período de vigência do contrato, acrescido de 180 (cento e oitenta) dias, devendo ser tempestivamente renovada pela contratada se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.

A garantia contratual só será restituída ou liberada após o Recebimento Definitivo do(s) serviço(s).

A garantia contratual deverá acompanhar os eventuais ajustes do valor do contrato, devendo ser complementada pela contratada antes da celebração de aditivos contratuais, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.

A garantia contratual servirá também para assegurar a cobertura das eventuais multas contratuais aplicadas à contratada.

23.1.5.13. No caso de opção pela caução em dinheiro, a mesma deverá ser efetuada em conta de caução vinculada à SEE.

23.1.5.14. No caso de opção pela garantia em títulos da dívida pública, deverão tais títulos ser acompanhados de documento emitido pela SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL, no qual este atestará a sua validade, exequibilidade, taxa de atualização e avaliação de resgate.

23.1.5.15. Serão aceitos títulos da Dívida Pública, desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC - Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais. Devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da empresa Contratada.

23.1.5.16. No caso de opção pela garantia na forma de “Carta de Fiança Bancária”, a mesma deverá ser emitida por banco localizado no Brasil, devidamente autorizado a operar no país pelo Banco Central do Brasil. Deverá ainda ser apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

23.1.6. **DA GARANTIA ADICIONAL DO LICITANTE**

23.1.6.1. No caso em que a proposta apresente valor inferior a 85% do valor orçado pela Administração, em atendimento ao dispositivo § 5º do art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, deve ser exigida garantia adicional de propostas em montante equivalente à diferença entre o preço proposto e o valor de referência da licitação, no ato da contratação.

23.1.6.2. Todo Termo Aditivo ao contrato deverá ser endossado pela Seguradora.

23.1.7. **DA VISTORIA/VISITA TÉCNICA**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

23.1.7.1. A empresa interessada em participar do processo licitatório poderá comparecer na sede do órgão solicitante, **SEE**, onde agendará a data para a visita técnica, que poderá ser realizada a partir do primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. Devendo ser previamente agendada data e horário diferentes para os eventuais interessados conforme disposto no § 4º do art. 63 da Lei de Licitações e poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 17:30 horas, acompanhado do corpo técnico desta Secretaria, pelo telefone (68) 3213-2353 ou via e-mail: diapro@see.ac.gov.br.

23.1.7.2. A(s) licitante(s) poderá(ão) avaliar as condições físicas da obra, sanando todas as dúvidas e demais questionamentos sobre os quantitativos no local, antes de fornecer a proposta dentro do prazo legal.

23.1.7.3. Competirá a cada interessado fazer a visita técnica, podendo ser representado e/ou acompanhado de técnicos e especialistas que possuem conhecimento técnico para colher as informações necessárias à elaboração de sua proposta.

23.1.7.4. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

23.1.7.5. Caso a(s) licitante(s) opte(m) pela dispensa da vistoria, deverão apresentar a declaração formal pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (dispensando a vistoria).

23.1.7.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

23.1.8. DOS ACESSOS ELETRÔNICOS

23.1.8.1. Caso não possua, no ato da assinatura do contrato, a contratada deve proceder com cadastro para usuário externo do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, de modo a obter acesso para assinatura de documentos diversos durante a execução do contrato.

23.1.8.2. O Cadastro deve ser realizado no endereço:
https://app.sei.ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

23.1.9. A EMPRESA CONTRATADA DEVE ATENDER OS NORMATIVOS:

- a) a) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- d) Lei Federal nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- g) Códigos, lei de uso e ocupação do solo, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outros;
- h) Normas brasileiras elaboradas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), regulamentadas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- i) Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- j) Normas, procedimentos e especificações do DNIT;
- k) Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA / CONFEA;
- l) Sistema Nacional de Pesquisa de Custos da Construção Civil — SINAPI;
- m) Códigos de Obras e Lei de Uso e Ocupação do Solo;
- n) NBR 13532 - Projeto Arquitetura,
- o) NBR 9050 —Acessibilidade,
- p) Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato.

23.1.10. **DAS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DA CONTRATADA PARA FUTURA CONTRATAÇÃO:**

23.1.10.1. A empresa a ser contratada deve ser especializada conforme o objeto proposto, e possuir amplo conhecimento e experiência nos serviços que serão objeto da futura contratação. Além disso, é necessário que esteja devidamente registrada no conselho de engenharia ou arquitetura.

23.1.10.2. É fundamental que a empresa tenha capacidade técnica e operacional adequada para atender às necessidades das demandas do objeto. Ao ser selecionada, a contratada deve cumprir todas as obrigações estipuladas no edital, seus anexos e na sua proposta, assumindo integralmente os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto contratado.

23.1.10.3. A Empresa de engenharia para execução de serviços deve comprovar capacidade técnica operacional através de atestados com base nos itens de maior relevância da Planilha Orçamentária;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

23.1.10.4. Durante toda a execução do contrato, a empresa contratada deve manter-se em conformidade com as obrigações assumidas, garantindo a boa e perfeita execução do projeto.

23.1.11. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

23.1.11.1. Instituída pela Lei 6.496/77, a Anotação da Responsabilidade Técnica define as obrigações e identifica os responsáveis pelo empreendimento em cada área tecnológica. Com isso, o profissional fica vinculado à sua atuação, e a ausência da ART presume o exercício ilegal da profissão, se não houver participação de profissional habilitado ou a eventual irregularidade do profissional, sujeitando-se assim a atuação pelo Conselho.

23.1.11.2. O profissional indicado pela empresa para compor equipe técnica, deverá apresentar Registro, na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU);

23.1.11.3. Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado;

23.1.12. DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ENGENHEIRO:

23.1.12.1. Responsabilidade contratual: pelo contrato firmado entre as partes para a execução de um determinado trabalho, sendo fixados os direitos e obrigações de cada uma;

23.1.12.2. Responsabilidade pela solidez e segurança da construção: pelo Código Civil Brasileiro, o profissional responde pela solidez e segurança da obra durante cinco anos; é importante pois, que a data do término da obra seja documentada de forma oficial. Se, entretanto, a obra apresentar problemas de solidez e segurança e, através de perícias, ficar constatado erro do profissional, este será responsabilizado, independente do prazo transcorrido, conforme jurisprudência existente;

23.1.12.3. Responsabilidade pelos materiais: a escolha dos materiais a serem empregados na obra ou serviço é da competência exclusiva do profissional. Logo, por medida de precaução, tornou-se habitual fazer a especificação desses materiais através do "Projeto Básico", determinando tipo, marca e peculiaridade outras, dentro dos critérios exigíveis de segurança. Quando o material não estiver de acordo, com a especificação, ou dentro dos critérios de segurança, o profissional deve rejeitá-lo, sob pena de responder por qualquer dano futuro;

23.1.12.4. Responsabilidade por danos a terceiros: é muito comum na construção civil a constatação de danos a vizinhos, em virtude da vibração de estaqueamentos, fundações, quedas de materiais e outros.

23.1.12.5. Ainda, deverá observar as previsões legais expressa no Código Civil Brasileiro, Lei Nº14.133/2021, Leis e normas do CONFEA, dentre outras, acerca da responsabilidade pós-contratual, seja da obra, seja dos materiais.

24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (DECRETO Nº 11.363, ART 94º, INCISO XX)



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- 24.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 24.2. Efetuar o pagamento, das Notas Fiscais/Faturas correspondentes, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias do recebimento das mesmas, após devidamente atestadas por servidor designado.
- 24.3. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.
- 24.4. Dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato;
- 24.5. Notificar a CONTRATADA por qualquer irregularidade na execução do Contrato;
- 24.6. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 24.7. Designar um servidor, como seu representante, que irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e acompanhamento de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA;
- 24.8. Receber os objetos e testá-los imediatamente;
- 24.9. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que caracteriza a necessidade de tal medida;
- 24.10. Fiscalizar quando julgar conveniente, nas dependências da CONTRATADA, mesmo sem prévia comunicação, a prestação de serviços em objetos e acessórios.
- 24.11. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do Contrato, em especial aplicação de sanções e alterações do Contrato.
- 24.12. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 24.13. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
- 24.14. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
- 24.15. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.
- 24.16. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- 24.17. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 24.18. Comunicar formalmente à Contratada, através de correspondências sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato originalmente avençados;
- 24.19. Publicar os aditivos contratuais sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato;
- 24.20. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações dos preços contratados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no instrumento de contrato.
- 24.21. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, fazendo-as cumprir.
- 24.22. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e reajuste do contrato.
- 24.23. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a entrega do objeto, necessários ao cumprimento do contrato.
- 24.24. Proceder ao recebimento, atestar as respectivas faturas e proceder à liquidação e ao pagamento dos equipamentos fornecidos.
- 24.25. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 24.26. Recusar, com a devida justificativa, os materiais entregues fora das especificações constantes na proposta da Contratada.
- 24.27. Responder, por dano ou prejuízo que venha a ser causado à Contratada em decorrência de comprovada ação culposa da Contratante.
- 24.28. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 24.29. Verificar a regularidade da Contratada, junto ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre - CADUF, antes de cada pagamento.
- 24.30. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da Contratada junto à Seguridade Social (INSS), Caixa Econômica Federal (FGTS), Justiça do trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal.

25. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (DECRETO Nº 11.363, ART 94º, INCISO XXI)

- 25.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- 25.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
- 25.3. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 25.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 25.5. A CONTRATADA deverá comunicar à SEE, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a existência de problemas para execução dos serviços;
- 25.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 25.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela gestão do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 25.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 25.9. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à CONTRATANTE e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho;
- 25.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
- 25.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 25.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 25.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 25.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- 25.15. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso aos documentos relativos ao objeto contratado.
- 25.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante e à fiscalização, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos do objeto contratado;
- 25.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 25.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 25.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 25.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 25.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 25.22. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação;
- 25.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 25.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 25.25. Ao longo de toda a execução do contrato, A CONTRATADA deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 16 da Lei 14.133/2021.
- 25.26. A CONTRATADA deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos conforme artigo 116 da Lei 14.133/2021, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.
- 25.27. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato, conforme art. 118 da Lei 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

25.28. A CONTRATADA será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme art. 119 da Lei 14.133/2021.

25.29. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme art. 120 da Lei 14.133/2021.

25.30. A CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme art. 121 da Lei 14.133/2021.

25.31. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

26. DO CONTROLE, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (LEI 14.133, ART 6, INCISO XXIII, ALÍNEA F)

26.1. Os gestores e fiscais de contratos deverão ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico.

26.2. A execução e fiscalização do objeto do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelo fiscal do contrato.

26.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

26.4. Em caso de impedimento, ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

26.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

26.6. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

26.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

26.8. As obrigações da gestão e fiscalização dos contratos estão previstas no Decreto Estadual nº 11.363 de 2023 são atribuições mínimas do Gestor e Fiscal do Contrato:

26.9. **GESTOR DO CONTRATO**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

26.9.1. As atribuições do Gestor de Contratos serão conforme a Seção V - Do gestor de contrato, do Decreto Nº 11.363 DE 22/12/2023:

Art. 15. A gestão contratual terá por objetivo garantir a disponibilidade adequada do bem, serviço ou locação às unidades administrativas, incluindo seus colaboradores e público em geral.

Art. 16. O gestor de contrato será o gerente funcional, designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

I - solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário;

II - emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;

III - indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;

IV - dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;

V - quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;

VI - acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato;

VII - analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;

VIII - observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro;

IX - decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública;

X - quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;

XI - analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;

XII - tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;

XIII - exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;

XIV - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;

XV - emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

XVI - acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

XVII - elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública;

XVIII - receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

XIX - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP;

XX - preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços; e

XXI - inserir os dados referentes ao contrato no PNCP. § 1º Nas ausências e impedimentos dos fiscais de contrato titulares e substitutos, o gestor de contrato deverá designar fiscal de contrato provisório, preferencialmente dentre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.

§ 2º Nos contratos de obras e serviços de engenharia,

o fiscal de contrato provisório indicado nos termos do § 1º deverá necessariamente preencher os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.

§ 3º O gestor de contrato deverá ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público pertencente ao quadro permanente do órgão ou entidade contratante.

26.10. FISCAL DO CONTRATO

26.10.1. As atribuições do Fiscal de Contratos serão conforme a Seção VI - Do fiscal de contrato, do Decreto Nº 11.363 DE 22/12/2023:

Art. 17. O fiscal de contrato, preferencialmente servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública, será designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.

§ 1º O fiscal de contrato deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

§ 2º A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Decreto.

§ 3º O fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter formação nas áreas de engenharia ou arquitetura.

Art. 18. A função de fiscal de contrato deverá ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- II - juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- IV - proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- V - informar ao gestor de contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- VI - comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;
- VII - adotar as medidas preventivas de controle do contrato, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras;
- VIII - realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- IX - proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- X - determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- XI - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- XII - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- XIII - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- XIV - emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;
- XV - verificar a correta aplicação dos materiais;
- XVI - requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XVII - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- XVIII - propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades;
- XIX - no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos anteriores:
 - a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs de Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - CREA e Registro de Responsabilidade Técnica - RRTs, referentes aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

b) vistar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais.

XX - comunicar ao gestor de contrato o término do contrato sob sua responsabilidade, inclusive nos casos de nova contratação ou prorrogação; e

XXI - outras atividades compatíveis com a função.

§ 1º A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Pública ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 2º O representante da Administração Pública anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos servidores eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

§ 3º A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couberem:

I - os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI - a satisfação do público usuário.

§ 4º O fiscal de contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 5º A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

§ 6º O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas no edital e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e no Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

§ 7º Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

I - no caso de empresas regidas pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT):

- a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, conforme dispõe o art. 195, § 3º da Constituição da República, sob pena de rescisão contratual;
- b) recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente ao mês anterior;
- c) pagamento de salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior;
- d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;
- e) pagamento do 13º salário;
- f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;
- g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
- h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
- i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED;
- j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e
- k) cumprimento das demais obrigações dispostas no Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, em relação aos empregados vinculados ao contrato.

II - no caso de cooperativas:

- a) recolhimento da contribuição previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;
- b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da cooperativa;
- c) comprovante de distribuição de sobras e produção;
- d) comprovante da aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES;
- e) comprovante da aplicação em fundo de reserva;
- f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e
- g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

III - no caso de sociedades diversas, tais como as OSCIPs e as Organizações Sociais - OS, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

§ 8º Além do cumprimento do § 7º, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva, serão realizadas entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS, devendo ser observadas, dentre outras questões, a



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

data de início do contrato de trabalho, função exercida, remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações de contrato de trabalho e, se necessário, fiscalizar o local de trabalho do empregado.

Art. 19. Nos contratos de maior complexidade ou que demandarem variadas áreas de conhecimento, poderá ser instituída comissão de gestores ou fiscais de contrato para acompanhamento da execução contratual.

Art. 20. Os gestores e fiscais de contratos deverão ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico.

27. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONTRATO

27.1. Os serviços deverão ser acompanhados por servidores designados pela Secretaria de Educação e Cultura - SEE, aos quais competirá a GESTÃO e FISCALIZAÇÃO dos mesmos.

27.2. Nos termos do Decreto Estadual 11.363, de 22 de Dezembro de 2023, os gestores e fiscais do futuro instrumento contratual, serão designados em momento oportuno pela Secretaria de Educação e Cultura - SEE.

27.3. Suas atribuições de Gestor e Fiscal de Contratos estão definidas nas seções V e VI respectivamente do Decreto Estadual 11.363.

27.4. Na hipótese de haver necessidade de alterações no decorrer do processo licitatório ou após celebração do instrumento contratual, os servidores poderão ser substituídos por meio da publicação de nova portaria.

27.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

27.6. Ao fiscal compete o acompanhamento da execução do Contrato, e anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a mesma, indicando dia, mês e ano para solução das falhas identificadas, bem como determinando o que for necessário à sua regularização e encaminhando os apontamentos ao gestor para as providências cabíveis.

27.7. Ao Gestor do Contrato cabe a análise de reajuste; repactuação; reequilíbrio econômico-financeiro; incidentes relativos a pagamentos; de questões ligadas à documentação, ao controle dos prazos de vencimento e da prorrogação, apontando o que for necessário.

27.8. Ao contratado é vedado revelar qualquer informação confidencial relativa aos serviços, contrato, negócios ou operações do contratante, salvo com o consentimento prévio e expresso dele.

28. DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS (LEI 14.133, ART 6, INCISO XXIII, ALÍNEA G)

28.1. As medições dos serviços executados serão efetivadas, preferencialmente, no final de cada período mensal, tomando-se como final do período o último dia de cada mês. Todavia a primeira medição poderá ser



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

realizada após a expedição da Ordem de Serviço no final do mês em curso, e a última medição, após a conclusão dos serviços, independente do período mensal.

28.2. As medições mensais dos serviços executados serão efetivadas por equipe designada pela SEE, responsável pela fiscalização.

28.3. Entre duas medições não poderá decorrer menos de 30 (trinta) dias, exceto para a primeira medição e a última medição (Medição Final).

28.4. A medição final, bem como o Termo de Recebimento dos serviços serão elaborados por Comissão de Engenheiros designada pelo Secretário titular da SEE quando concluídos todos os serviços.

28.5. As medições acompanhadas de cronograma físico-financeiro devidamente atualizados, deverão ser encaminhadas pelo Eng.º Fiscal à Secretaria que será nomeado antes da emissão da Ordem de Serviço.

28.6. No processo de medição ou na prestação de contas, conforme for o caso, deverá constar a real alíquota de **ISSQN** adotada pelo respectivo município de prestação do serviço que no presente caso é o **MUNICÍPIO DE TARAUCÁ**.

28.7. O cronograma físico-financeiro, poderá ser alterado mediante aprovação da fiscalização da SEE após anuência expressa da direção-geral da SEE.

29. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (LEI 14.133, ART 6, INCISO XXIII, ALÍNEA G)

29.1. Conforme Capítulo I, § 5º da Lei 14.133, nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será mensal.

29.2. O critério de medição serão os serviços efetivamente executados em conformidade com o projeto, a proposta apresentada no processo licitatório, em termos de quantidades e preços unitários.

29.3. Em se tratando de regime de empreitada por preço unitário, o pagamento dos serviços é feito pela verificação das quantidades efetivamente executadas multiplicadas pelos seus respectivos preços unitários previstos no orçamento.

29.4. Encerrada a etapa de discussão acerca das quantidades a serem medidas juntamente à fiscalização, a empresa contratada encaminhará ao Secretário do órgão de fiscalização, via protocolo, a documentação contendo a medição e o pedido de pagamento dos serviços executados.

29.5. São documentos que obrigatoriamente integram a documentação técnica da medição:

- a) Requerimento da empresa;
- b) ART's de Execução (somente na 1ª medição) do mesmo responsável técnico que participou do processo de licitação; ou com habilitação e acervo técnico igual ou superior àquele apresentado no certame licitatório – em caso de alteração do profissional responsável pela Empresa;
- c) Boletim de medição (espelho da medição);



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- d) Memória de cálculo da medição;
- e) Relatório fotográfico impresso, ou em mídia digital (O relatório deverá apresentar de forma clara e organizada, as imagens que comprovem a execução de todas as etapas previstas no cronograma físico-financeiro);
- f) Diário de obras referente aos dias de execução dos serviços objetos da medição, assinada pelo engenheiro responsável (da contratada) e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização;
- g) Comprovante de Inscrição da Obras - CNO. (apenas para a primeira medição);
- h) Cópia do protocolo dos programas de segurança do trabalho (obrigatório para tramitação da 1ª medição). Os programas LTCAT, PCMSO, PGR e PGRCC, para liberação da 2ª medição, deverão estar devidamente aprovados pela fiscalização;

29.5.1. A(O) contratada(o) deve protocolar ofício encaminhando os programas de segurança do trabalho e laudo antes do processo de 1ª medição de cada obra, de duas maneiras, sendo elas:

- a) **De forma Impressa** – a(o) contratada(o) deve protocolar uma via original de cada documento supracitado, com todas as páginas rubricadas e assinada em campo específico com as informações do seu responsável técnico pela elaboração. Os projetos do PGR devem ser apresentados em tamanho mínimo A2, conforme NBR 6492/1994;
- b) **De forma digital** – a(o) contratada(o) deve protocolar uma via digital de cada documento em formato PDF, com tamanho máximo de 20 Mb (Megabytes) devido limitações do Sistema SEI, caso o documento exceda esse tamanho deve-se subdividir o arquivo e inserir a assinatura em cada uma das partes. Os Documentos devem vir assinados por meio de assinatura eletrônica no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme subitem 1.6.2 da NR 01.

29.6. O CONTRATADO solicitará ao CONTRATANTE a medição dos trabalhos executados. Uma vez medidos e aprovados os serviços pela fiscalização do contrato, o CONTRATADO, conforme cláusulas anteriores, apresentará nota fiscal de serviços para liquidação e pagamento da despesa pelo CONTRATANTE.

29.7. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de entrada da nota fiscal no protocolo do órgão indicado no Edital supra, e atestado de que os serviços foram prestados.

29.8. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal sem incorreções.

29.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

29.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

29.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

29.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

29.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

29.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

29.15. Para efeito de **PAGAMENTO DA PRIMEIRA MEDIÇÃO**, acaso já não tenha comprovadamente entregue, será exigido da empresa, a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Comprovante de inscrição do contrato no Cadastro Nacional de Obras – CNO, junto à Receita Federal do Brasil – RFB;
- b) Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, conforme NR 18 e NR 01, juntamente com ART/RRT de elaboração do programa, caso seja necessário;
- c) Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC;
- d) Programa de Controle Médico de Saúde Operacional – PCMSO, conforme NR 07;
- e) LTCAT – Laudo Técnico de condições Ambientais do Trabalho, conforme Decreto 3.048/1999 e a estrutura mínima contida no artigo 276 da IN PRES/INSS Nº 128/2022, juntamente com ART/RRT de elaboração do laudo, caso se aplique;

29.16. Certidões de regularidade fiscal válidas, conforme art. 68 da Lei 14.133

- I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do caput deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.

29.17. Folha de Pagamento dos funcionários, acompanhada das Guias; GPS – Guia de previdência Social; Certidão ou recibo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED; GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; informação da Previdência Social; Prova de regularidade com o FGTS e INSS.

29.18. **O PAGAMENTO DA MEDIÇÃO FINAL**, além dos anteriormente mencionados, estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos, a serem providenciados pelo Contratado;

29.19. Comprovante de Baixa da Inscrição junto ao CNO;

29.20. Termo de Recebimento Provisório da Obra (emitido pelo gestor e fiscal do contrato ou por comissão designada consolidando os recebimentos provisório);

29.21. Termo de Recebimento definitivo da obra (emitido pelo gestor e fiscal do contrato ou por comissão designada);

29.22. O representante da CONTRATANTE deverá conferir os serviços nas datas finais de cada período de aferição estabelecidas e atestar o pagamento a ser feito à CONTRATADA, por meio de certificado específico.

29.23. O valor devido pelo serviço executado será determinado pelo representante da CONTRATANTE.

29.24. O valor do serviço realizado deverá referir-se apenas a itens da obra, para os quais nenhuma tarifa ou preço que não tenha sido licitado serão pagos.

29.25. Caso o representante da CONTRATANTE não concorde com as parcelas de desembolso apresentadas, poderá alterá-la, determinando o pagamento da quantia aprovada.

29.26. A CONTRATADA poderá recorrer da decisão do representante da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

29.27. O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo a CONTRATADA para isso fornecer o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

29.28. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei nº. 9.317/96.

29.29. Qualquer erro ou omissão que venha a constar da documentação fiscal será objeto de correção pela CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente resolvido.

29.30. A Contratante não fará nenhum pagamento à CONTRATADA antes de paga ou relevada a multa que porventura lhe tenha sido aplicada.

29.31. A área de gestão de contratos reserva-se o direito de suspender o pagamento se o serviço for executado em desacordo com as especificações constantes deste Contrato.

29.32. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$$EM = (N \times VP \times I / 365)$$

onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

29.33. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

29.34. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

29.35. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

29.36. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

30. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (LEI 14.133, ART 155)

30.1. Constituem sanções administrativas e demais, de acordo com o art. 155 da Lei 14.133.

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

30.2. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para aquele que não celebrar o contrato, a ata de registro de preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

III – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

IV - de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

V - de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou de documentação falsa exigida para o certame ou de declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

30.3. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE, incluindo os pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado.

31. DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL (DECRETO Nº 11.363, ART 94º, INCISO XXVII)

31.1. Em regulamentação ao Art. 94 inciso XXVII do Decreto Estadual nº 11.363/2023:

31.2. Projetos arquitetônicos são obras intelectuais protegidas por direitos autorais, de acordo com a lei nº 9.610/98. O arquiteto tem direitos morais e patrimoniais sobre sua obra.

31.3. Os direitos autorais e a propriedade intelectual em projetos arquitetônicos são aspectos fundamentais que garantem a proteção das criações dos arquitetos. Os projetos arquitetônicos, que incluem desenhos, plantas, maquetes e outros elementos criativos, são considerados obras intelectuais e, portanto, estão sujeitos à legislação de direitos autorais.

31.4. Os direitos autorais conferem ao autor da obra o direito exclusivo de reproduzir, distribuir e exibir seu trabalho. Isso significa que, sem a autorização do arquiteto, terceiros não podem utilizar ou modificar o projeto. Além disso, a propriedade intelectual pode abranger patentes e marcas, dependendo da originalidade e da inovação envolvidas no projeto.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

31.5. O Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)/Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e o Registro de Direitos Autorais (RDA) são instrumentos que protegem os direitos autorais de projetos arquitetônicos.

31.6. A RRT/ART é um registro que deve ser feito para que o arquiteto ou engenheiro tenha respaldo legal para reivindicar seus direitos.

31.7. **Direitos Autorais:** Os direitos autorais relativos à solução, ao projeto, às especificações técnicas, à documentação gerada e a quaisquer outros produtos resultantes da execução do contrato de obras, incluindo os materiais produzidos por terceiros subcontratados, pertencem exclusivamente à Contratante. Fica vedada a utilização desses materiais sem a autorização expressa e prévia da Contratante, sob pena de aplicação de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

31.8. **Propriedade Intelectual:** O direito de propriedade intelectual sobre os produtos desenvolvidos durante a execução das obras, incluindo eventuais adequações, alterações e atualizações, será transferido à Contratante imediatamente após o recebimento de cada parcela do pagamento, de forma permanente. A Contratante poderá, assim, utilizar, modificar, distribuir e alterar os referidos produtos sem qualquer limitação.

31.9. **Sigilo e Confidencialidade:** A Contratada compromete-se a manter sigilo absoluto sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato de obras, não podendo divulgá-las ou utilizá-las para outros fins que não os previstos neste contrato.

31.10. **Disponibilidade dos Dados:** Todos os dados, documentos e registros relacionados às obras realizados pela Contratada estarão à disposição da Contratante sempre que solicitado, durante e após a execução do contrato, sem qualquer custo adicional.

32. PARA OS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENVOLVAM SOLUÇÕES DE TIC (DECRETO Nº 11.363, ART 94º, INCISO XXVIII)

32.1. Não se aplica para o objeto.

33. ESPECIFICAÇÕES (QUALIDADE, RENDIMENTO, COMPATIBILIDADE, DURABILIDADE SEGURANÇA) (DECRETO Nº 11.363, ART 94º, INCISO XXIX)

33.1. A especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observando-se os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança em regulamentação ao Art. 94 inciso XXIX do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

33.2. A CONTRATADA obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e legislação pertinente, durante toda a vigência do Contrato.

34. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA (DECRETO Nº 11.363, ART 94º, INCISO XXX)



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

34.1. A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), em seu art. 25, §9º, também prevê a possibilidade de imposição de obrigações relativas à logística reversa, especialmente nos casos em que o objeto contratual envolva bens ou materiais que se enquadrem nas exigências legais ambientais.

34.2. A logística reversa é definida como o conjunto de ações destinadas a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento ou outra destinação final ambientalmente adequada, especialmente em relação a produtos que, após o uso pelo consumidor, gerem resíduos de significativo impacto ambiental.

34.3. A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), em seu art. 25, §9º, também prevê a possibilidade de imposição de obrigações relativas à logística reversa, especialmente nos casos em que o objeto contratual envolva bens ou materiais que se enquadrem nas exigências legais ambientais.

34.4. Entretanto, após análise técnica do objeto contratual e da legislação vigente, conclui-se pela desnecessidade de imposição de cláusula contratual relativa à obrigação de execução de logística reversa, pelos seguintes fundamentos:

- a) Natureza do objeto contratado: O objeto do contrato não envolve produtos, embalagens ou resíduos que se enquadrem nas categorias sujeitas à obrigatoriedade de logística reversa, conforme disposto no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 e demais regulamentações do Ministério do Meio Ambiente (como pneus, pilhas, baterias, produtos eletroeletrônicos, embalagens em geral, agrotóxicos, etc.).
- b) Ausência de impacto ambiental relevante: O fornecimento ou prestação de serviços contratados não resulta na geração de resíduos de significativo impacto ambiental, nem na necessidade de tratamento especial que justifique a aplicação do mecanismo de logística reversa.
- c) Inviabilidade técnica e econômica da exigência: A inclusão da obrigação de logística reversa neste contrato seria desproporcional e poderia representar ônus adicional à contratada sem respaldo técnico ou legal, além de potencialmente restringir a competitividade da licitação.
- d) Conformidade com a legislação: A decisão está em conformidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como com a regulamentação ambiental, que não impõe a obrigatoriedade de logística reversa para o objeto contratual em questão.
- e) Ausência de previsão em normas específicas: Não há regulamentação específica (federal, estadual ou municipal) que imponha, para o objeto em análise, a obrigatoriedade de estruturação de sistema de logística reversa ou a necessidade de sua inserção como cláusula contratual obrigatória.

34.5. Diante do exposto, justifica-se a dispensa da obrigação de execução de logística reversa no presente contrato administrativo, por inexistência de previsão legal aplicável ao objeto contratual e pela ausência de impacto ambiental relevante que justifique a medida.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

35. DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU FORNECIMENTOS (DECRETO Nº 11.363, ART 94º, INCISO XXXI)

35.1. Nos termos do art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, toda contratação pública deve observar os princípios da eficiência, eficácia, economicidade e do interesse público, assegurando a obtenção do melhor resultado possível para a Administração Pública. Para que isso ocorra, é fundamental que sejam estabelecidas, de forma clara e objetiva, as condições mínimas necessárias à execução do objeto contratual.

35.2. A definição dessas condições visa garantir que a contratada possua capacidade técnica, operacional, logística e legal para o adequado cumprimento das obrigações assumidas, dentro dos padrões de qualidade exigidos e dos prazos estabelecidos. Além disso, busca-se prevenir falhas na execução contratual e mitigar riscos que possam comprometer o atendimento do interesse público.

35.3. Assim, as condições estabelecidas são:

a) Segurança jurídica e conformidade legal

Cumprimento de normas legais específicas (como ambientais, sanitárias ou trabalhistas) exige que a contratada comprove a posse de licenças e autorizações específicas, garantindo a conformidade regulatória da execução contratual.

b) Qualidade na entrega e no resultado final

A exigência de condições que garantam a **qualidade dos serviços prestados ou dos bens fornecidos**, evitando retrabalho, falhas operacionais ou a necessidade de substituição de materiais.

c) Eficiência e economicidade

O planejamento prévio para a execução eficiente do contrato, evitando aditivos desnecessários, atrasos na entrega e a ampliação de custos decorrentes de falhas de planejamento.

d) Responsabilidade socioambiental (quando aplicável)

Em casos que envolvam resíduos, substâncias perigosas ou impactos ambientais, a definição de condições específicas (como destinação adequada ou licenciamento) está alinhada com os princípios da sustentabilidade, conforme previsto na própria Lei de Licitações (art. 11, §1º, inc. VI).

35.4. Dessa forma, as condições definidas no Termo de Referência e nos instrumentos convocatórios são compatíveis com a complexidade do objeto, proporcionais aos riscos envolvidos e necessárias à boa e regular execução contratual, conforme preconiza a legislação vigente e os princípios que regem a Administração Pública.

36. DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES (LEI 14.133, ART 124 À 136)

36.1. A parcela dos preços contratuais, somente será reajustada nos termos do disposto no art. 124, I, da lei nº 14.133/2021.

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do caput deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

36.2. Por se tratar de obra de **CONSTRUÇÃO**, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o que se preceitua o Art. 125 da lei nº 14.133/2021.

36.3. Os acréscimos e supressões a serem realizados no contrato precisam ser calculados separadamente. Não são permitidas compensações ou outro modo de cálculo em cumprimento ao entendimento do Tribunal de Contas da União Anexo X, item 2.1., da IN nº 05, de 2017, da SEGES/MPDG.

Art. 126. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

Art. 127. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no [art. 125 desta Lei](#).

Art. 128. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

Art. 129. Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

Art. 130. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Art. 131. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Parágrafo único. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do [art. 107 desta Lei](#).

Art. 132. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

Art. 133. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no [art. 125 desta Lei](#);
- III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do [§ 5º do art. 46 desta Lei](#);
- IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

Art. 134. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

...

Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

- I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- IV - empenho de dotações orçamentárias.

37. REAJUSTE DE PREÇOS (LEI 14.133, ART 92, §3º)

37.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados da data-base vinculada do orçamento estimado pela Administração, de referência **DATA-BASE DO ORÇAMENTO: SINAPI ACRE 01/2026.**

37.2. Conforme art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, estabelece-se a possibilidade de reajustamento de preço a cada interregno de 1 (um) ano, contados da data-base vinculada do orçamento estimado pela Administração.

37.3. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão ser reajustados mediante solicitação da Contratada após decorridos 12 (doze meses), aplicando-se o índice Nacional de Custos da Construção do Mercado (INCC —DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, em consonância com § 7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

37.4. **SUBCLAUSULA PRIMEIRA** - O reajustamento deverá ser precedido de solicitação do contratada, dentro da vigência contratual, identificando o índice e o período de incidência do reajustamento.

37.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

37.6. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

37.7. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

37.8. O reajuste será realizado por apostilamento, conforme previsão do Art. 136, da Lei 14.133/2021.

37.9. Os reajustes dos preços contratuais devem ser calculados a partir da fórmula apresentada abaixo:

$$R = \frac{(I_i - I_0)}{I_0} \times V$$

Onde:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I0 = Índice de preço verificado no mês-base do Orçamento da SEE;

Ii = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

37.10. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

37.11. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

37.12. O pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

37.13. Em caso de prorrogação contratual, a concessão de reajuste estará condicionada a comprovação de que a prorrogação não se deu por culpa exclusiva da contratada.

37.14. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido.

37.14.1. A análise dos fundamentos de fato e de direito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o fiscal do contrato poderá solicitar apoio técnico ao gestor do contrato.

37.14.2. Analisado o pedido e verificada a real alteração do custo suportado pelo contratado, o fiscal do contrato se manifestará pela procedência total ou parcial do pedido.

37.15. Quando o fiscal se manifestar pela procedência do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral para manifestação. Após manifestação, a Procuradoria-Geral enviará o pedido para gestor do contrato ou da ata de registro de preços que julgará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

37.16. Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os PREÇOS contratuais serão reajustados, obedecendo-se os seguintes critérios:

37.16.1. Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma Físico-Financeiro.

37.16.2. Se os índices diminuírem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.

37.16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

seja divulgado o índice definitivo.

37.16.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

37.16.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

38. DA ACESSIBILIDADE (LEI 14.133, ART 45, INCISO VI)

38.1. Em acordo com o art. 45, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, o presente Termo de Referência contempla os principais requisitos e exigências das leis e normas técnicas de acessibilidade: autonomia, conforto e segurança. Tais parâmetros de acessibilidade estão previstos no Decreto Federal nº 5.296/2004, Lei nº 10.098/2000, Lei nº 13.146/2015 (Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e a resolução do CNJ nº 401/202, garantindo assim a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, regulamentando o funcionamento da unidade de acessibilidade e inclusão.

38.2. Segundo a NBR 9050/2020, todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos, que forem projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, precisam atender o que ela estabelece para serem considerados acessíveis.

39. IMPACTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

39.1. Para contratação do objeto a empresa vencedora deverá observar as normas ambientais existentes no ordenamento pátrio, estando compreendidas as normas locais e federais, como: Código Florestal Brasileiro, Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente e Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e observar as exigências contidas no CONAMA nº 307/2002, não se limitando apenas às leis mencionadas.

39.2. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

39.3. A qualquer tempo o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

39.4. Os materiais básicos empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto e o que está definido em plano de manejo.

40. LICENCIAMENTO AMBIENTAL (LEI 14.133, ART 115, §4º)



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

40.1. A CONTRATANTE em cumprimento ao § 4º do art. 115 da Lei 14.133/2021 nas contratações de obras e serviços de engenharia, sempre que a responsabilidade pelo licenciamento ambiental for da Administração, a manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, deverão ser obtidas antes da divulgação do edital.

40.2. A CONTRATANTE apresenta a certidão de dispensa ambiental expedida pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC o presente objeto **não está sujeita ao licenciamento ambiental**, nos termos do Art.103 da Lei Estadual nº 1.117/94, Anexo da Resolução do CONAMA nº 237/97, Portaria Normativa IMAC nº 10/2021 e Resolução CGSIM nº 51 de 11 de junho de 2019.

41. DO MAPA DE RISCOS (DECRETO Nº 11.363, ART 87º)

41.1. Conforme Art 87º do Decreto Estadual nº 11.363/2023 O mapa de riscos será o documento que materializará a análise dos riscos que puderem comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual e propõe controles capazes de mitigar as possibilidades ou os efeitos da sua ocorrência.

41.2. O gerenciamento de riscos será materializado no documento denominado mapa de riscos, que será elaborado de acordo com a probabilidade e com o impacto de cada risco identificado, por evento significativo, e deverá ser atualizado e juntado aos autos do processo de contratação.

41.3. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no Anexo mapa de riscos deste Objeto, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

41.3.1. Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;

41.3.2. As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;

41.3.3. As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;

41.3.4. As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,

41.3.5. Outras informações relevantes.

41.4. O Mapa de riscos do presente processo encontra-se nos autos do processo em anexo.

42. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

42.1. A empresa deverá registrar a Responsabilidade Técnica do acompanhamento da obra no CREA/AC ou CAU/AC, discriminando no campo destinado a Descrição dos Serviços, as atividades pelas quais o profissional é responsável.

42.2. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, inclusive no impacto da vizinhança decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da obra, mesmo que tenha sido por meio de seu subcontratado autorizado pelo CONTRATANTE.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026

42.3. A SEE emitirá a Ordem de Serviço para execução dos trabalhos à CONTRATADA, logo após a assinatura do Contrato num prazo máximo de 10 dias, cujos serviços deverão ser iniciados imediatamente para cumprimento dos prazos estipulados neste Termo.

43. ANEXOS

- a) Termo de Compromisso Nº 202340072-1;
- b) Orçamento e planejamento da Obra;
- c) Projeto Estrutural;
- d) Projeto Estrutura Metálica;
- e) Projeto Instalações Elétricas;
- f) Projeto Arquitetônico;
- g) Memorial Descritivo;
- h) ART dos projetos;
- i) Dispensa Ambiental;
- j) Pedido de Aquisição GRP;
- k) Projeto Básico GRP.

Rio Branco - AC, 19 de Março de 2026.

Elaborado por:

Jucilene da Silva Araújo
Engenheira Civil
CREA nº 21.996 D/AC

Aprovado por:

Almir Fontenele de Araujo
Chefe do Departamento de Manutenção e Serviços Gerais - DEMSG
Portaria nº 1968/2025

SEE

SECRETARIA DE ESTADO
DE EDUCAÇÃO E CULTURA



**GOVERNO DO
ACRE**
Trabalho para cuidar das pessoas



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE - SEE
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000013/2026



Documento assinado eletronicamente por **ALMIR FONTENELE DE ARAUJO**, em 19/03/2026, às 18:16, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CPDA56BD B5591D67 300BDBCD BBE841AA** e código CRC **84A9F7**